

Cadernos Cedes

Gestão e qualidade social da educação

Caderno CEDES, Campinas, São Paulo, v. 29, nº 78, maio/agosto, 2009. ISSN 0101-3262.

Responsável pela resenha:

GINA GLAYDES GUIMARÃES DE FARIA*

O *Caderno CEDES* é um periódico¹ temático publicado pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), destinado a profissionais e pesquisadores em educação, com o propósito de abordar questões atuais e significativas neste campo de atuação. O Cedes, criado em 1978, é uma das mais importantes entidades de cunho acadêmico-científico do País, voltado ao debate e à construção coletiva de políticas educacionais, sempre renovando seu compromisso com a difusão dos estudos e pesquisas em prol da “educação pública gratuita e laica como direito social” (II Seminário Brasileiro de Educação, 2009, p. 7²).

O *Caderno CEDES* nº 78 discute o tema “gestão institucional e qualidade social da educação”. Trata-se de coletânea de sete artigos organizados pelas profas. Marília Fonseca (FE/UnB), Maria Abádia Silva (FE/UnB) e pelo prof. João Ferreira de Oliveira (FE/UFG), expressando as reflexões do Encontro Regional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae Centro-Oeste), em Anápolis (GO), em 2006, sobre a qualidade educacional. A totalidade da discussão, segundo os organizadores do periódico, centra-se em três objetivos principais: 1. analisar “como a qualidade da educação se configurou no processo de construção das políticas educacionais no Brasil, em seus diferentes momentos históricos”; 2. compreender “como esse conceito foi incorporado pelas políticas de educação básica e superior e como se concretizou nas reformas educacionais” e 3. “refletir sobre as novas tendências na produção do conhecimento, mostrando que a educação não apenas integra o indivíduo ao meio social, mas também lhe proporciona capacidade de agir com autonomia e, por isso mesmo, de interferir na dinâmica social” (FONSECA, SILVA, OLIVEIRA, 2009, p. 146).

Seguem-se os artigos em que o tema é discutido sob diversos olhares, mas formando uma totalidade sob quatro pressupostos: o primeiro diz respeito às relações tensas e contraditórias entre sociedade, educação e escola/universidade e suas

* Doutora em Educação. Professora Adjunta da FE/UFG. E-mail: <guima.fa@uol.com.br>.

implicações para a elaboração e efetivação de políticas educacionais condizentes aos anseios de uma educação pública de qualidade. O segundo, à centralidade da educação escolar no âmbito das políticas públicas; o terceiro, à polissemia do conceito de qualidade educacional, enfatizando tratar-se de um conceito intrinsecamente vinculado às demandas sociais, econômicas, culturais e políticas de um determinado momento histórico; e, o quarto, à oposição às políticas, projetos e ações educacionais embasados nas teses economicistas, particularmente em relação à teoria do capital humano. Sob estes pressupostos, intrinsecamente vinculados, encontram-se as finalidades da educação comprometida com uma sociedade democrática e igualitária.

Em decorrência da linha argumentativa embasada nestes pressupostos, sobressai a defesa da *qualidade social da educação*, da *qualidade educacional socialmente referenciada*, *ensino de qualidade social* ou, ainda, de uma *educação socialmente responsável*. Estes e outros termos congêneres são indicados em diversos artigos em que os autores buscam sintetizar, do ponto de vista lógico e histórico, um projeto educacional radicalmente comprometido com uma sociedade, para lembrar Mészáros, “para além do capital”.

Marília Fonseca, professora da FE/UnB, no primeiro artigo, problematiza o conceito de qualidade educacional nos planos nacionais de educação, em perspectiva histórica. Para ela, desde a emergência das primeiras concepções norteadoras dos planos de educação, faz-se presente a ambiguidade entre um *projeto* educacional atrelado às exigências do mercado e outro com embasamento humanista, voltado à formação para a cidadania e a igualdade social. Tal ambivalência expressa-se com perfeição no título do artigo: *Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. Ressaltando que o proposto nos documentos oficiais não implica sua efetivação, a autora convida o leitor a refletir sobre os limites e possibilidades da consolidação de uma educação socialmente responsável num momento em que a competitividade econômica aprofunda suas raízes neste campo. O convite permanece nos artigos seguintes à medida que seus autores retomam a defesa de um *projeto* educacional voltado à formação humana crítica e emancipatória.

No segundo artigo, Belmiro Gil Cabrito, professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, analisa, de forma clara, as implicações da avaliação educacional no âmbito da educação portuguesa, indicando os desafios enfrentados naquele país (semelhantes aos nossos) para a consolidação de uma educação com qualidade socialmente referenciada. O autor indica a necessidade de se estabelecer o consenso sobre o que é qualidade educacional e a partir dele elaborar indicadores de qualidade vinculados ao contexto em que se dão os processos educacionais. Mostra que a escola deve ser autoavaliada para conhecer seus problemas e potencialidades e não para compará-la a outras instituições escolares (CABRITO, 2009, p. 197-198).

A preocupação é pertinente, mas fica a pergunta: como propiciar uma escola de qualidade para todos sem referências universais? Esta tendência ao *individualismo ou relativismo* tende a se expressar também na avaliação do aluno quando o autor propõe que cada um seja avaliado face ao seu percurso, à sua apetência para trabalhar em grupo, ao seu potencial criativo. Entretanto, até que ponto é possível e desejável este processo avaliativo? Não estariam aí os riscos de se psicologizar os processos educacionais?

Luiz Dourado e João Ferreira de Oliveira, professores da FE/UFG, no terceiro artigo, explicitam o horizonte teórico da discussão sobre qualidade educacional, problematizam o conceito de qualidade, contribuindo para aprofundar as reflexões suscitadas nos artigos anteriores. Afirmam a importância de se definir, apesar da complexidade, “as referências analíticas para a qualidade da educação”, isto é, os “atributos desejáveis para uma educação de qualidade”. Para tanto, reportam-se às dimensões intra e extraescolares, implicando tanto os aspectos socioeconômicos e culturais dos agentes envolvidos quanto os direitos do cidadão e as obrigações do Estado. Ao final, indicam 12 aspectos que seriam “fundamentais à constituição de um movimento nacional em prol da qualidade da educação” (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 210).

Maria Abádia da Silva, professora da FE/UnB, no artigo seguinte, apresenta uma síntese rigorosa dos desafios para a implementação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade social da educação. Retoma a temática, enfatizando a unidade, contraditória, entre o econômico e o político e, neste âmbito, propõe as dimensões sinalizadoras da qualidade social da educação, envolvendo desde o financiamento público, a formação dos professores e gestores aos fatores socioeconômicos e socioculturais dos alunos e suas famílias. Este artigo marca o encerramento da discussão da qualidade mais voltada à educação básica, pois nos três últimos os autores voltam a temática para a universidade.

Fernanda A. da Fonseca Sobral, professora do Ceppac/UnB, discute os desafios da educação superior em relação às exigências de qualidade, referida ao mérito acadêmico de sua produção científica e tecnológica e de relevância social, que envolveria o atendimento às exigências da competitividade econômica. Explicita as condições sociocognitivas que definem a produção do conhecimento na universidade, analisa documentos que tratam das políticas para a pós-graduação, além de expor as implicações das políticas educacionais para a prática de líderes de grupos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento.

José Vieira de Sousa (2009), professor adjunto da FE/UnB, no penúltimo artigo, problematiza as implicações da qualidade educacional na universidade, no âmbito da relação público-privado. Referenciando-se em Bourdieu, evidencia a restrição do público e a ampliação da educação superior privada, tanto em âmbito nacional

quanto no Distrito Federal, campo de investigação do autor. Na apresentação dos dados empíricos, os dirigentes das instituições, especialmente privadas, expõem sua concepção de qualidade fortemente vinculada às teses econômicas.

Nelson de Abreu Júnior, diretor da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás, no último artigo da coletânea, discute a questão da avaliação institucional por meio de estudo comparativo dos Sistemas de Avaliação da Educação Superior como Exame Nacional de Cursos, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação das Instituições Universitárias Brasileiras (Paiub). Para o autor a avaliação institucional necessita superar os processos avaliativos restritos à regulação e incorporar as singularidades de cada instituição. Chama a atenção para o Paiub, que expressaria certo avanço, pois considera aquilo que o estudante aprende na instituição (valor agregado).

Os três últimos artigos suscitam uma série de questões sobre a necessidade de se continuar o debate para aprofundar a discussão sobre o sentido da universidade nos dias atuais e os impasses das exigências à mera profissionalização, em detrimento do projeto de formação humana que, sem desconsiderar a especialização, comprometa-se com a reflexão e a crítica, tomando como base o conhecimento acadêmico em todos os âmbitos.

Não se pode deixar de registrar que nas últimas páginas do periódico encontre-se a resenha de Vera Lucia Sabongi De Rossi e Eloísa de Mattos Höfling - *Qualidade da política de integração escola-comunidade: Educação para a paz?* Eis um dos aspectos mais propalados no campo educacional nos dias atuais e, apenas para continuar o debate, pergunta-se: as ações educacionais sob o lema “educação para a paz” não contribuiriam de forma mais sutil e por isso mais perversa para o obscurecimento dos processos sociais de exclusão/inclusão escolar? O debate, de fato, continua.

Notas

- 1 Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/ccedes/paboutj.htm>>.
- 2 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/seminario/seminario.htm>>.